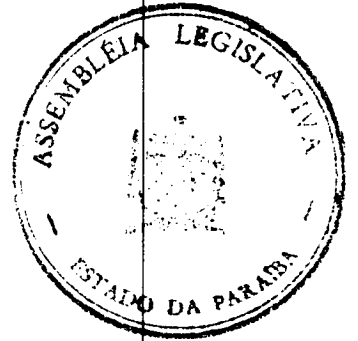




Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



JUSTIFICATIVA

Administração Pública, segundo o ensinamento do saudoso professor Hely Lopes Meirelles, expresso na conceituada obra "Direito Administrativo Brasileiro", é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, visando ao bem comum.


Ora, para cumprir tão relevante objetivo, torna-se indispensável que a máquina administrativa estatal seja eficiente e operosa, sob pena de frustrar-se a obrigação do administrador, de bem gerir os interesses da coletividade.

Como legítima destinatária dos bens, serviços e interesses administrativos pelo Estado, a população tem o direito e o dever de fiscalizar a eficiência da máquina governamental e o desempenho dos servidores públicos, exigindo, destes, atendimento adequado e fiel cumprimento de suas atribuições.

Nessa linha, é necessário implementar programas e viabilizar canais que possibilitem a participação, o acompanhamento e a fiscalização da eficiência da máquina administrativa por parte da comunidade, garantindo-se ao povo o acesso às informações de interesse coletivo, como são aquelas referentes ao quadro pessoal dos diversos órgãos e entidades, locais e horários de trabalho de seus servidores.

Demais disso, a medida consubstanciada na proposição ajusta-se plenamente ao disposto no artigo 30 da Constituição do Estado, que impõe à administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, a obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público, guardando, em decorrência, perfeita sintonia com o dever de transparência dos atos de gestão dos superiores interesses da coletividade.

Sala das Sessões, em


Deputado Francisco Lopes da Silva
(Chico Lopes)



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa

Casa do Epitácio Pessoa

Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Projeto de Lei nº 40/91.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DE RELAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Dep. Francisco Lopes

Relator: Dep. Egídio Madruga

PARECER

Aprovado o Parecer em
discussão única.

1. SECRETÁRIO

I - RELATÓRIO.

Através da presente iniciativa o nobre Deputado Francisco Lopes, dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação dos Servidores Públicos, e dá outras providências.

II - VOTO DO RELATOR:

Opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, sendo boa a sua técnica legislativa.

Pela aprovação.

É o voto.

Sala das Comissões, em

(Relator)

III - VOTO DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 40/91, nos termos do voto do relator.

Sala das Comissões, em

(Presidente)

(Vice-Presidente)

(Membro)

(Relator)

(Membro)

Miguel Barreto Neto
Secretário de Agricultura,
Irrigação e Abastecimento

Marcos Benjamin Soares
Secretário da Segurança Pública

Sebastião Guimarães Vieira
Secretário da Educação e Cultura

Leônidas Tossato de Oliveira
Secretário da Infra-estrutura

José Buca Moreira Lantoni
Secretário da Saúde

Ronaldo Cunha Lima
Secretário Chefe do Gabinete Civil

José Gomes Lima Irmão
Secretário Chefe do Gabinete Militar

Solomon Henrique de Sá e Benevides
Secretário da Administração

Fernando Rodrigues Catão
Secretário do Planejamento

Sônia Maria Germano de Figueiredo
Secretária do Trabalho e Ação Social

João da Mata de Sousa
Secretário da Indústria, Comércio,
Turismo, Ciência e Tecnologia

V E T O:
Em 19/01/1992
Assinatura do Governador
GOVERNADOR

AUTOGRAFO Nº 159/91
PROJETO DE LEI Nº 40/91

Disposições sobre a organização
e funcionamento dos órgãos do
Poder Executivo, do Poder Judiciário,
do Poder Legislativo, do Poder
Judiciário e do Poder Executivo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como os Poderes Legislativo e Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado, publicarão, anualmente, até o dia 30 de junho, no Diário Oficial do Estado, a relação dos seus servidores, com indicação dos cargos, funções, vencimentos, horário e local de trabalho, especificando inclusive andar e sala onde exercem suas atividades.

Art. 2º - Os órgãos e entidades de que trata o artigo anterior afixarão em cada repartição, em lugar visível ao público, quadros com o nome de seus servidores com indicação dos cargos, funções, horários e locais de trabalho, especificando claramente andar e sala onde exercem suas atividades.

Art. 3º - Em cada repartição em que funcionem órgãos ou entidades citadas no artigo 1º deverá ser afixada na porta de todas as salas ou dependências a relação dos servidores que ali exercem suas atividades, inclusive com indicação do cargo, função e horário de trabalho.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Feço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 20 de dezembro de 1991.

Dep. Carlos Augusto Nunes
Presidente

V E T O

No uso das atribuições que me confere o artigo 86, inciso V, da Constituição Estadual, veto integralmente o Projeto de Lei nº 40/91, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial do Estado da relação dos servidores públicos e da afinação de quadros no registro de trabalho e o faz pela sua manifesta inconstitucionalidade.

Em virtude do veto, os termos de organização administrativa para cumprimento pelos órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Ministério Público, não são de iniciativa de cada um desses Poderes, no que concerne a sua organização interna.

Em relação ao Poder Executivo, a matéria é disciplinada pelo Art. 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea b, da Constituição do Estado, que estabelece ser de iniciativa do Governador a organização dos órgãos que dispõem sobre...

"organização administrativa, matéria atribuída, organizatória e serviços públicos".

No que toca ao Poder Judiciário, sua competência específica para dispor sobre sua organização administrativa vem expressa no art. 104, inciso III, da Carta Constitucional do Estado, que inclui entre as atribuições do Tribunal de Justiça, o de

"organizar sua Secretaria e serviços auxiliares..."

O mesmo se dá com o Poder Legislativo, que tem em sua mesma competência definida no art. 54, inciso IV, ao estabelecer que "compete privativamente à Assembleia Legislativa,

"dispor sobre sua organização, funcionamento..."

Em face dessa distribuição de competências entre os 3 Poderes do Estado, o Projeto de Lei ora vetado, por ser de iniciativa de membro do Poder Legislativo, somente poderia dirigir sua normatização para cumprimento pelos órgãos subordinados a esse Poder.

Assim atendendo ao disposto no art. 65, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, veto, em sua totalidade, o Projeto de Lei nº 40/91, por considerá-lo inconstitucional.

Encaminhe-se a Assembleia Legislativa para os fins constitucionais previstos.

PALÁCIO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 14 de janeiro de 1992; 104 da Proclamação da República.

Assinatura do Governador
GOVERNADOR

AUTOGRAFO Nº 159/91
PROJETO DE LEI Nº 108/91

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que menciona e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Associação Comunitária da Favela do Riacho, no Conj. Jardim 13 de Maio, em João Pessoa, um terreno pertencente ao domínio estadual, medindo 70mX20m, com área de 1.400 (um mil e quatrocentos) metros quadrados, situado na Favela do Riacho, com os seguintes limites e confrontações:

Do nascente - com o Rio da Bomba;
Do poente - com a Rua Maurício de Oliveira (13 de Maio);
Do sul - com a quadra 87 da Favela do Riacho;
Do norte - com a quadra 83 da Favela do Riacho.

Art. 2º - O terreno descrito no artigo precedente destina-se a construção pela donatária, de um Posto de Polícia, uma Creche, um Ambulatório Médico e um Centro Comunitário.

Parágrafo Único - Caso não seja dada ao terreno objeto da doação a finalidade prevista neste artigo, o mesmo reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Fica a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio, autorizada a adotar as providências judiciais e extra-judiciais necessárias a efetivação da doação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Feço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 20 de dezembro de 1991.

V E T O:
Em 14/01/1992

Assinatura do Governador
GOVERNADOR

No uso das atribuições que me confere o artigo 86, inciso V, da Constituição Estadual, veto o Projeto de Lei nº 108/91, que autoriza o Estado a doar imóvel de sua propriedade à Associação Comunitária da Favela do Riacho, com sede nesta Capital.

A negativa de sanção decorre de não ter o Projeto incluído disposição que obrigue a referida entidade a dar ao imóvel a ser doado a destinação prevista na Lei.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTOGRAFO Nº J 59191

PROJETO DE LEI Nº 40/91

Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação dos servidores públicos, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como os Poderes Legislativo e Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado, publicarão, anualmente, até o dia 30 de junho, no Diário Oficial do Estado, a relação dos seus servidores, com indicação dos cargos, funções, vencimentos, horário e local de trabalho, especificando inclusive andar e sala onde exercem suas atividades.

Art. 2º - Os órgãos e entidades de que trata o artigo anterior afixarão em cada repartição, em lugar visível ao público, quadros com o nome de seus servidores com indicação dos cargos, funções, horários e locais de trabalho, especificando claramente andar e sala onde exercem sua atividade.

Art. 3º - Em cada repartição em que funcionem órgãos ou entidades citadas no artigo 1º deverá ser afixada na porta de todas as salas ou dependências a relação dos servidores que ali exerçam suas atividades, inclusive com indicação de cargo, função e horário de trabalho.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em
João Pessoa, 20 de dezembro de 1991.

Dep. Carlos Marques Dunga
Presidente



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Emissão Pessoal



Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 1 / 1 /
de 19 91
em 18 / 05 / 19 91

SECRETÁRIO

Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 40 Sob Nº 40/91
em 18 / 05 / 19 91

Remetido à Secretária Legislativa
Em 20 / 05 / 19 91
João Gomes Ribeiro
Diretor da Ass. ao Plenário

A Com. de Const., Legislação
e Justiça.
Em 21.V.91

João Gomes Ribeiro

REMESSA
do Comiss. do Presidente
Em 21 de 05-
do 19 91
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA P.F.
José Cláudio Gomes Ribeiro
Dir. de Dir. dos Comissões Técnicas
Mat. 271.611 - 9

DIVISÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS

FICHA DE CONTROLE

PROPOSITURA: Projeto de Lei Nº 40/91

AUTOR: DO DEPUTADO FRANCISCO LOPES

EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade da Publicação, no Diário Oficial, do Estado
de Relação dos Servidores Públicos, e dá outras Providências .

RELATOR: _____

Recebido em: _____ / _____ / _____

Enviado à: Comissão de Justiça

Em: 21 / 05 / 91

Prazo para Relatar: _____

Encaminhado à: _____

Em: _____ / _____ / _____

Recebido em Plenário
Em 16/05/1991
PRESIDENTE



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Expediente Pessoal




Projeto de lei nº 40/91 ~~1991~~

Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação dos servidores públicos, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba decreta:

- Art.1º- Os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como os Poderes Legislativo e Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado, publicarão, anualmente, até o dia 30 de junho, no Diário Oficial do Estado, a relação dos seus servidores, com indicação dos cargos, funções, vencimentos, horário e local de trabalho, especificando inclusive andar e sala onde exercem suas atividades.
- Art.2º- Os órgãos e entidades de que trata o artigo anterior afixarão em cada repartição, em lugar visível ao público, quadros com o nome de seus servidores com indicação dos cargos, funções, horários e locais de trabalho, especificando claramente andar e sala onde exercem sua atividade.
- Art.3º- Em cada repartição em que funcionem órgãos ou entidades citadas no artigo 1º deverá ser afixada na porta de todas as salas ou dependências a relação dos servidores que ali exerçam suas atividades, inclusive com indicação de cargo, função e horário de trabalho.
- Art.4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Deputado Francisco Lopes da Silva
(Chico Lopes)



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia ____/____/____
de 19____
EM ____/____/10____

SECRETÁRIO

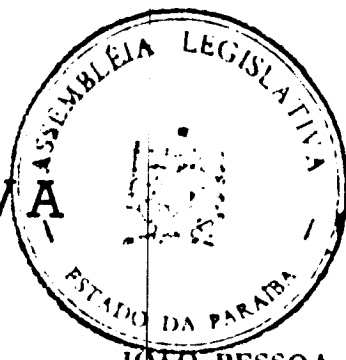
ADJ. GERAL DO LIVRO DE
às Fls. 40 Sob No 40/91
EM ____/____/10____

Remetido à Secretária Legislativa
Em 20 de 05 de 96
Princípio Ribeiro
Diretor da Ass. ao Plenário



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, Pb.

Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 40/91.

ENVIADA A SEC.

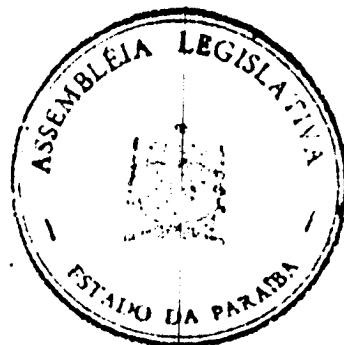
LEGISLATIVA EM 20.05.91

DEPUTADO FRANCISCO LOPES DA SILVA - Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, no Diário Oficial, do Estado, de relação dos Servidores Públicos, e das outras providências.

Enviado à Comissão de Justiça em 24.05.91



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Eritório Pessoa



JUSTIFICATIVA

Administração Pública, segundo o ensinamento do saudoso professor Hely Lopes Meirelles, expresso na conceituada obra "Direito Administrativo Brasileiro", é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, visando ao bem comum.

Ora, para cumprir tão relevante objetivo, torna-se indispensável que a máquina administrativa estatal seja eficiente e operosa, sob pena de frustrar-se a obrigação do administrador, de bem gerir os interesses da coletividade.

Como legítima destinatária dos bens, serviços e interesses administrativos pelo Estado, a população tem o direito e o dever de fiscalizar a eficiência da máquina governamental e o desempenho dos servidores públicos, exigindo, destes, atendimento adequado e fiel cumprimento de suas atribuições.

Nessa linha, é necessário implementar programas e viabilizar canais que possibilitem a participação, o acompanhamento e a fiscalização da eficiência da máquina administrativa por parte da comunidade, garantindo-se ao povo o acesso às informações de interesse coletivo, como são aquelas referentes ao quadro pessoal dos diversos órgãos e entidades, locais e horários de trabalho de seus servidores.

Demais disso, a medida consubstanciada na proposição ajusta-se plenamente ao disposto no artigo 30 da Constituição do Estado, que impõe à administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, a obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público, guardando, em decorrência, perfeita sintonia com o dever de transparência dos atos de gestão dos superiores interesses da coletividade.

Sala das Sessões, em


Deputado Francisco Lopes da Silva
(Chico Lopes)

Recebido em Plenário

Em 16/05/1991

PRESIDENTE



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa




Projeto de lei nº 40/91 ~~de 1991~~

Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação dos servidores públicos, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba decreta:

- Art.1º- Os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como os Poderes Legislativo e Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado, publicarão, anualmente, até o dia 30 de junho, no Diário Oficial do Estado, a relação dos seus servidores, com indicação dos cargos, funções, vencimentos, horário e local de trabalho, especificando inclusive andar e sala onde exercem suas atividades.
- Art.2º- Os órgãos e entidades de que trata o artigo anterior afixarão em cada repartição, em lugar visível ao público, quadros com o nome de seus servidores com indicação dos cargos, funções, horários e locais de trabalho, especificando claramente andar e sala onde exercem sua atividade.
- Art.3º- Em cada repartição em que funcionem órgãos ou entidades citadas no artigo 1º deverá ser afixada na porta de todas as salas ou dependências a relação dos servidores que ali exerçam suas atividades, inclusive com indicação de cargo, função e horário de trabalho.
- Art.4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Deputado Francisco Lopes da Silva
(Chico Lopes)



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Eritação Pessoa



Publicado no Diário do poder
Legislativo do Dia 1 / 1 /
de 19 91
em 18 / 05 / 91

SECRETÁRIO

Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 40 Sob No 40/91
em 18 / 05 / 91

Remetido à Secretária Legislativa

Em 29 / 05 / 91
Genivaldo Cabral
Diretor da Ass. ao Plenário

A. Com. de Const., Legisla-
ção e Justiça.
Em 21.5.91

Simão